



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO PL nº 8.035, de 2010.

(do Sr. Nelson Marchezan Junior)

Modifique-se a Meta 13 do Anexo ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e dê-se a seguinte redação:

“Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior, por meio do aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, nas universidades públicas, para noventa por cento, e nas instituições privadas de educação superior para setenta e cinco por cento em 2020, e da melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em cinco anos, pelo menos sessenta por cento dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a sessenta por cento no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, em 2020, pelo menos setenta e cinco por cento dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a setenta e cinco por cento nesse exame, em cada área de formação profissional.”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo avança em relação ao texto original do Projeto de Lei nº 8035, de 2010, ao incorporar o texto das Emendas 2221 e 2222 que oferecemos à apreciação do ilustre relator na forma da Estratégia 13.8.

Entretanto, em nosso entendimento é, ainda, necessário avançar mais, pela simples inversão das posições entre meta e estratégia, com a manutenção dos textos originais do Substitutivo, de tal forma que a atual Estratégia 13.8 no Substitutivo transforme-se na Meta 13 e a atual Meta 13 passa a constar no novo PNE como a Estratégia 13.1, renumerando-se as demais.

Enquanto o texto original da Meta 13 no Projeto de Lei nº 8035, de 2010, propunha "elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior (...)", o Substitutivo suprimiu essa relação direta e exclusiva entre qualidade da educação superior e qualificação docente, mas manteve a meta de "ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior (...)".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Insistiremos com o entendimento que há impropriedade nessa formulação. Em primeiro lugar, assim como na educação básica, a qualidade da educação superior deve ser mensurada pelo que ocorre com os estudantes, principalmente quanto a duas dimensões: a taxa de concluintes em relação aos ingressantes e ao nível de desempenho acadêmico. Em segundo lugar, o que tem se verificado é que há aumento do número de mestres e doutores na educação superior não tem revertido em melhoria da qualidade, ao menos o número de concluintes não tem aumentado.

De fato, segundo a Nota Técnica do Ministério da Educação encaminhada à Câmara dos Deputados, no ensino superior brasileiro, a proporção de professores mestres ou doutores subiu de 52,0% em 2000 para 62,2% em 2009, e a de doutores de 20,6% para 25,9% no mesmo período.

Entretanto, de acordo com os dados do Inep/MEC, a taxa total de concluintes em relação ao ingresso nos cursos de graduação quatro anos antes foi de 60,8% em 2001, 59,7% em 2006 e 57,8% em 2009.

Em 2009, na rede pública, a taxa de concluintes foi de 62,7%. Na rede federal, 59,3% e na rede privada, 56,5%. Nos cursos de Bacharelado e Licenciatura, a taxa de concluintes foi de 56,2%, e nos cursos tecnológicos, 69,2%.

Entendemos que a formulação apresentada pelo relator no Substitutivo quanto às metas de taxas de conclusão e resultados a serem obtidos pelos estudantes universitários no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) são adequadas para constarem no PNE.

Sala das Comissões, de dezembro de 2011.

Nelson Marchezan Junior
Deputado Federal